

NÃO DIVULGAR, PUBLICAR OU DISTRIBUIR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, EM OU PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CANADÁ, AUSTRÁLIA OU JAPÃO OU QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO NA QUAL A DISTRIBUIÇÃO OU DIVULGAÇÃO SERIA ILEGAL.

VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A
(Sociedade Aberta)

Capital Social de 121.927.316,80 Euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ílhavo sob o
Número único de matrícula e pessoa coletiva n.º 500.978.654
Sede: Lugar da Vista Alegre, 3830-292 Ílhavo

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convocam-se os Senhores Acionistas da VAA – VISTA ALEGRE ATLANTIS, SGPS, S.A (“Sociedade” ou “VAA”) para reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia **12 de outubro de 2018**, pelas 15:00 horas, na sede desta sociedade, sita no Lugar da Vista Alegre, em Ílhavo, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM: Deliberar sobre a autorização a conferir ao Conselho de Administração para aumentar o capital social da VAA, num montante global máximo de 17.418.188,00 Euros (dezassete milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e oitenta e oito Euros), no âmbito de oferta pública e/ou institucional de subscrição de ações ordinárias com vista ao incremento da dispersão do capital da Sociedade e à otimização de fontes de financiamento da estratégia da VAA e, conseqüentemente, sobre alteração dos Estatutos da Sociedade, aditando o número 2 ao seu Artigo 5º.

PONTO DOIS: No pressuposto da aprovação do **PONTO UM**, deliberar sobre a supressão do direito de preferência dos acionistas na subscrição do aumento de capital da VAA a deliberar pelo Conselho de Administração, num montante global máximo de 17.418.188,00 Euros (dezassete milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e oitenta e oito Euros), no âmbito de oferta pública e/ou institucional de subscrição de ações ordinárias com vista ao incremento da dispersão do capital da Sociedade e à otimização de fontes de financiamento da estratégia da VAA.

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a eleição de um Vogal do Conselho de Administração da Sociedade para o mandato em curso, passando este órgão a ser composto por onze membros.

I. Nos termos dos Estatutos da Sociedade, conjugados com a lei geral:

a) A cada dez ações corresponde um voto;

b) Têm apenas direito a estar presentes e a participar na Assembleia Geral, ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, e nela discutir e votar, os Acionistas que na “Data do Registo” (5 de outubro de 2018), correspondente às 0 horas (GMT) do 5º dia de negociação anterior à data de 12 de outubro de 2018, sejam titulares de um número de ações não inferior a dez. O exercício destes direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à Data de Registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e o dia 12 de outubro de 2018.

c) Os Senhores Acionistas que pretendam participar na Assembleia Geral têm de o declarar, por escrito, ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta e ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o mais tardar, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior à Data do Registo (i.e., até às 23:59 horas (GMT) de 4 de outubro de 2018), podendo, para o efeito, utilizarem o endereço de correio eletrónico agextraordinaria12102018@vistaalegre.com.

d) O intermediário financeiro que, nos termos do parágrafo anterior, seja informado da intenção do seu cliente em participar na Assembleia Geral, tem de enviar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 23:59 horas (GMT) da Data do Registo (i.e., até às 23:59 horas (GMT) de 5 de outubro de 2018), informação sobre o número de ações registadas em nome do seu cliente, com referência à Data do Registo, podendo para o efeito, utilizar o endereço de correio eletrónico agextraordinaria12102018@vistaalegre.com.

e) Os Acionistas que, a título profissional, detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações, desde que, para além do acima referido, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior à Data do Registo, com meios de prova suficientes e proporcionais, (i) a identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta, e (ii) as instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem de trabalhos, dadas por cada cliente.

f) Quem tenha declarado a intenção de participar na Assembleia Geral, nos prazos acima referidos, e transmita a titularidade de ações entre a Data de Registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5º dia de negociação anterior à data de 12 de outubro de 2018, e o fim da Assembleia Geral, deve comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e à CMVM.

g) Os Acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 2% do capital social da Sociedade, podem requerer a inclusão de assuntos na ordem de trabalhos, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos 5 (cinco) dias seguintes à última publicação da presente Convocatória, o qual deve ser acompanhado de uma proposta de deliberação para cada um dos assuntos cuja inclusão se requeira.

h) Os Acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 2% do capital social da Sociedade, podem também requerer:

i) a inclusão de propostas de deliberação relativas a assuntos constantes da ordem de trabalhos da presente Convocatória, devendo este requerimento ser igualmente dirigido, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 5 (cinco) dias seguintes à publicação desta Convocatória, juntamente com a informação que deva acompanhar a proposta de deliberação;

ii) a inclusão de propostas de deliberação relativas a eventuais assuntos que venham a ser aditados à ordem de trabalhos da presente Convocatória, devendo este requerimento ser igualmente dirigido, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 5 (cinco) dias seguintes à divulgação da inclusão dos novos assuntos na ordem de trabalhos, juntamente com a informação que deva acompanhar a proposta de deliberação.

i) Os Acionistas que face ao estatuído na alínea a) supra, não possuam o número de ações necessário para estarem presentes, participarem e votarem na Assembleia Geral, poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar, por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

j) No decorrer da Assembleia Geral os Acionistas podem solicitar a prestação de informações que se mostrem necessárias ou ajustadas conhecerem, para melhor poderem formar uma opinião fundamentada sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos, informações essas que abrangem também as relações entre a Sociedade e outras sociedades com ela coligadas. As informações devem ser prestadas pelo órgão social que estiver mais habilitado para o efeito e só podem ser recusadas se a prestação da informação em causa puder implicar a violação de segredo imposto por lei ou causar grave prejuízo à Sociedade ou a outra sociedade com ela coligada.

l) Os Acionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não poderão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral, sendo nelas representados pelos seus representantes comuns.

m) Os acionistas que forem pessoas singulares poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outro acionista ou pelas pessoas a quem a lei o permitir.

n) Os acionistas que forem pessoas coletivas far-se-ão representar na Assembleia Geral pela pessoa que designarem para o efeito.

o) Um Acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto estabelecido no artigo 385º do Código das Sociedades Comerciais.

p) Os instrumentos de representação previstos nas alíneas anteriores deverão ser dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregues na sociedade até, pelo menos, cinco dias antes da data designada para a reunião da Assembleia Geral, podendo, para o efeito, utilizarem o endereço de correio eletrónico agextraordinaria12102018@vistaalegre.com.

q) Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, no sítio da Sociedade na Internet (www.vistaalegre.com) e na sua sede social, durante as horas de expediente, um formulário de procuração destinado à sua representação na Assembleia Geral.

II. Nos termos do artigo 22º do Código dos Valores Mobiliários e dos números 10 a 13 do artigo 12º dos Estatutos da Sociedade, os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, sendo que:

a) Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos até 24 horas antes da Assembleia Geral, na sede da sociedade, em subscrito fechado, expedido por correio registado com aviso de receção, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo, em qualquer dos casos, da prova da qualidade de acionista com referência à Data de Registo, nos termos e prazo acima previstos.

b) A declaração de voto será assinada pelo titular das ações. Se o Acionista for pessoa singular, deverá acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão; se for pessoa coletiva, deverá a assinatura estar reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o ato.

c) Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca:
- A indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

d) Os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, e valem igualmente para a segunda convocação da Assembleia Geral para a qual foram emitidos, cabendo ao Presidente da Mesa, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

e) Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso de presença do Acionista ou do seu representante na Assembleia Geral.

f) Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

g) O escrutínio dos votos por correspondência será efetuado, no dia da reunião, pela Mesa da Assembleia Geral, por adição aos votos expressos na Assembleia.

h) Os boletins de voto para o exercício do voto por correspondência encontram-se também disponíveis na sede social da Sociedade, durante as horas de expediente, bem como no seu sítio na internet (www.vistaalegre.com).

III. Todas as informações e elementos disponíveis necessários à apreciação e votação dos assuntos que constituem a ordem de trabalhos, previstos no artigo 289º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21º-C do Código dos Valores Mobiliários, ficarão à disposição dos Senhores Acionistas para consulta, na sede social, nas horas de expediente, e no sítio da Sociedade na Internet, www.vistaalegre.com, a partir da data da divulgação da presente Convocatória.

As propostas a apresentar pelo Conselho de Administração são, igualmente, colocadas à disposição dos Senhores Acionistas no Sistema de Difusão de Informação (SDI) da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, www.cmvm.pt.

IV. Todas as comunicações a submeter ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou à Sociedade, deverão ser enviadas para a sede social da sociedade.

Ílhavo, 20 de setembro de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Angelo Ferreira Correia

A informação aqui contida não se destina a divulgação, publicação ou distribuição, direta ou indiretamente, em ou para os Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Japão ou qualquer outra jurisdição na qual a distribuição ou divulgação seria ilegal.

Os presentes materiais escritos não consubstanciam uma oferta de venda, nem uma solicitação de ofertas de compra ou subscrição de valores mobiliários nos Estados Unidos da América. Os valores mobiliários aqui referidos não foram e não serão registados ao abrigo do US Securities Act of 1933, conforme as alterações ("US Securities Act"), e não podem ser oferecidos, vendidos, exercidos ou vendidos nos Estados Unidos da América. Não há qualquer intenção de registar qualquer parte da oferta nos Estados Unidos da América ou de levar a cabo uma oferta de valores mobiliários nos Estados Unidos da América e quaisquer ofertas e vendas realizadas fora dos Estados Unidos da América serão dirigidas a pessoas não residentes, conforme o disposto na Regulation S do US Securities Act.

Os presentes materiais escritos foram preparados pela Sociedade apenas para o uso de destinatários autorizados e em relação à potencial oferta pela Sociedade. Quaisquer dos presentes materiais escritos, nem partes ou cópias destes, poderão ser transportados ou transmitidos para os Estados Unidos da América, ou distribuídos, direta ou indiretamente, nos Estados Unidos da América, em conformidade com as definições do US Securities Act. Qualquer incumprimento da presente restrição poderá constituir uma violação da legislação do mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, Austrália, Canadá ou Japão.

A emissão, exercício ou venda dos valores mobiliários na potencial oferta estão sujeitos a específicas restrições legais ou regulamentares em determinadas jurisdições. A Sociedade não assume qualquer responsabilidade no caso de haver uma violação por qualquer pessoa dessas restrições.

A informação aqui contida não deverá constituir uma oferta para venda ou a solicitação de uma oferta para comprar ou subscrever, nem deverá haver qualquer venda dos valores mobiliários aqui referidos, em qualquer jurisdição em que tal oferta, solicitação ou venda seria ilegal. Os investidores não devem aceitar qualquer oferta, nem adquirir ou subscrever quaisquer valores mobiliários a que este documento se refere, salvo com base na informação constante do prospeto publicado aplicável ou na circular da oferta distribuídos pela Sociedade.

A Sociedade não autorizou qualquer oferta ao público de valores mobiliários em qualquer Estado Membro da do Espaço Económico Europeu (“EEE”).

Em Estados-membros do EEE nos quais haja sido implementada a Diretiva relativa ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários (Diretiva 2003/71/CE bem como quaisquer alterações à mesma, incluindo a Diretiva 2010/73/UE, conforme implementado no respetivo Estado-membro) (a “Diretiva Prospetos”, a informação aqui contida destina-se apenas à distribuição, e é apenas dirigida a “investidores qualificados”, conforme definido na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º da Diretiva Prospetos e em qualquer ato que, no Estado-membro do EEE, a implemente (“Investidores Qualificados”). Nos Estados-membros do EEE, a presente informação não poderá ser considerada por pessoas que não sejam Investidores Qualificados. Qualquer investimento ou atividade de investimento aos quais a presente informação diz respeito são apenas disponibilizados a Investidores Qualificados, e apenas com estes poderão ser feitos.

A presente comunicação não constitui uma oferta de valores mobiliários ao público no Reino Unido ou qualquer outra jurisdição. Todas as pessoas que poderão vir a ter posse da presente informação deverão cumprir com todas as restrições aplicáveis. A presente comunicação é apenas distribuída e dirigida a (A) pessoas que não se encontram no Reino Unido ou (B) a pessoas que, encontrando-se no Reino Unido (i) tenham experiência profissional em matérias relacionados com investimento ou que estejam abrangidas pela definição de “investment professionals” (profissionais de investimento) prevista no n.º 5 do artigo 19.º do Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotion) Order 2005, conforme alterada (“Order”), ou (ii) sejam entidades com elevado património financeiro, ou outras pessoas às quais a presente informação poderá ser licitamente transmitida, nos termos do n.º 2 do artigo 49.º da Order (sendo tais pessoas referidas como “pessoas relevantes”). Qualquer investimento ou atividade de investimento aos quais a presente comunicação diz respeito são apenas disponibilizados a pessoas relevantes, e apenas com estes poderão ser feitos. O presente documento e o seu conteúdo não poderá ser considerado por pessoas que não sejam pessoas relevantes.